



## XXVII ENFERMAIO

Enfermagem e  
Bem viver: os caminhos para a  
saúde da população em territórios  
fragmentados

Realização:



Apoio:



# TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL

Lara Gregório Magalhães<sup>1</sup>

Renan Lucas Nogueira Santos<sup>2</sup>

Amanda Vitória dos Reis Moraes<sup>3</sup>

Francisca Dalila Paiva Damasceno de Lima<sup>4</sup>

Lorena Sales de Castro<sup>5</sup>

José Maria Ximenes Guimarães<sup>6</sup>

TRABALHO PARA PRÊMIO: PÓS-GRADUAÇÃO – EIXO 2: EXPERIÊNCIAS EXITOSAS NO CUIDADO  
À POPULAÇÃO EM TERRITÓRIOS FRAGMENTADOS

## RESUMO

O processo de territorialização é uma forma de compreender quais aspectos dos determinantes e condicionantes influenciam na saúde e quais são as necessidades de um território. O objetivo deste trabalho é descrever a experiência de residentes no processo de territorialização municipal. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, no período de março e abril de 2024. Durante esse processo, eles puderam identificar demandas em diversas faixas etárias, permitindo intervenções significativas, especialmente na promoção da saúde e prevenção de doenças na atenção primária e atividades de cunho social. Em suma, embora tendo enfrentado desafios, a territorialização mostrou-se fundamental para orientar ações, reforçando a ligação entre os serviços de saúde e a comunidade, além de garantir uma assistência de qualidade. Destacou-se ainda que a territorialização não deve ser apreendida apenas enquanto uma atividade do primeiro módulo da Residência Multiprofissional, mas sim como um processo contínuo de um território em constante transformações.

**Palavras-chave:** Territorialização; Residência multiprofissional; Cuidado em saúde.

1. Enfermeira e Residente em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará

2. Enfermeiro e Residente em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará

3. Assistente social, Mestre e Residente em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará

4. Enfermeira e Residente em Saúde da Família e Comunidade pela Escola de Saúde Pública do Ceará

5. Psicóloga e Residente em Saúde Mental Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Ceará

6. Enfermeiro, Doutor e docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará

E-mail do autor: laahgregg@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A territorialização é uma das primeiras atividades na Residência Multiprofissional da Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará (Resmulti - ESP/CE), um programa de cooperação intersetorial para qualificar profissionais da saúde e assistência no mercado de trabalho com foco nas políticas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Este processo consiste, resumidamente, em conhecer, caracterizar e mapear pontos importantes em determinado território. No entanto, a definição de território para o cuidado em saúde diverge da ideia de um espaço físico e estático ou mesmo de um limite de poder político. Pois é fundamental considerar o território como vivo, visto que ele abrange inúmeras vivências pessoais e coletivas, diferentes identidades, trajetórias da população, contatos e movimentos sociais, ações deliberadas e relações de poder (OLIVEIRA; FURLAN, 2010).

Além disso, os processos de saúde que ocorrem nesse território influenciam a vida da população que nele habita de forma coletiva. Ou seja, os problemas e agravos em saúde são semelhantes, pois na maioria das vezes, emerge de determinantes e condicionantes de saúde, como saneamento básico, alimentação, transporte e lazer, estabelecidos naquele território (SANTOS; RIGOTTO, 2011).

Dessa forma, o processo de territorialização é uma forma de compreender quais aspectos dos determinantes e condicionantes influenciam no processo saúde-doença e quais são as necessidades daquele território. Em consonância a isso, a territorialização é vista como uma forma de organização das práticas de saúde, que amplia a visão de cada território e possibilita que a atuação seja subsidiada com o objetivo de atender a demanda oriunda da população, o que permite solucionar e/ou minimizar os problemas encontrados durante o processo (BEZERRA et. al., 2020).

Logo, o objetivo deste trabalho é descrever a experiência de cinco residentes de três categorias profissionais no processo de territorialização de dois municípios cearenses e os desafios e possibilidades identificados.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sobre a participação dos profissionais de saúde, atuando sob perspectiva multiprofissional, no processo de territorialização nos Municípios de Fortaleza (Regional de Saúde IV) e Santa Quitéria, ambos no estado do Ceará, no período de março e abril de 2024.

A pesquisa foi conduzida por residentes da Escola de Saúde Pública (ESP), na qual inicialmente foi realizada uma visita de campo à Secretaria de Saúde dos municípios, no

momento da entrada no território, com o intuito de compreender os objetivos da investigação e as expectativas do processo.

Ademais, antes de percorrer os territórios, foram realizadas reuniões com os administradores das unidades de saúde, incluindo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e algumas Unidades de Atenção Primária a Saúde (UAPS), para esclarecer o método de trabalho a ser adotado e os possíveis benefícios decorrentes da pesquisa, visto que envolveria usuários destes serviços. Antes das visitas institucionais foram realizados agendamentos por telefone e *e-mail*, apresentando a residência em saúde e explicando o objetivo da visita.

Os encontros se deram com a gestão de cada instituição ou profissional responsável pelas relações públicas e o método de coleta foi um instrumento de perguntas norteadoras elaborado pelos residentes para destacar as informações mais importantes. O deslocamento para as visitas foi de responsabilidade apenas dos residentes.

Os dados coletados durante o processo de territorialização foram de natureza tanto quantitativa quanto qualitativa, sendo obtidos por meio das entrevistas com os gestores e dos sites institucionais de cada local visitado. O produto da territorialização é um portfólio contendo essas informações de forma sistemática.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para que ela seja colocada em prática a territorialização, foram destinados aos residentes tutoriais e esclarecimento de dúvidas na primeira semana letiva. Foi dado um prazo de aproximadamente um mês e meio para realização de visitas institucionais e domiciliares aos locais potentes que estão presentes no território, como equipamentos de saúde, associações de moradores, escolas, universidades, instituições religiosas e espaços culturais, permitindo aos residentes conhecer as potencialidades e os desafios daquele espaço vivo.

Entende-se que a territorialização é um fenômeno dinâmico no qual indivíduos, comunidades, grupos, organizações e instituições se instalam em um espaço delimitado, promovendo o desenvolvimento de laços sociais, construção de identidade e um sentimento de pertencimento ao ambiente (HAESBAERT; LIMONAD, 2016). Para Kastrup (2001, p. 215) este processo é tão profundo que ele o chama de “habitar um território”.

Na área da saúde, essa abordagem requer uma investigação detalhada do contexto local, utilizando estratégias de pesquisa e métodos simples de coleta de dados para entender, planejar e implementar ações com foco na saúde pública. Isso inclui a obtenção de informações sobre questões sociais, econômicas, políticas, culturais e epidemiológicas, além de identificar os desafios e oportunidades específicas nas regiões em análise. Esses dados e informações

ajudam a compreender como a comunidade se organiza e vive em seu território, abrangendo aspectos como trabalho, saúde e mortalidade. Isso capacita os gestores de saúde a tomar decisões e realizar ações para melhorar as condições de vida e saúde da população (HAESBAERT, 2004).

O conhecimento do território proporciona melhor planejamento e fornecimento das ações de saúde, ampliando o panorama de atuação dos serviços baseado nas carências identificadas do território adscrito, assumindo função resolutive dos contratempos evidenciados durante o processo (BEZERRA et. al., 2020).

Por conseguinte, foram selecionados ambientes de cuidado de distintos aspectos: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro POP, responsáveis pela assistência social; Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS), destinadas ao acompanhamento interdisciplinar; instituições de ensino, projetos e associações comunitárias e Conselho Tutelar. Através desses contatos, foi possível aos residentes estabelecer pontes entre serviços, visto que são complementares e o conhecimento destes nem sempre é difundido.

Além disso, identificou-se a necessidade de planejar e realizar ações voltadas para a educação em saúde nesses locais de assistência social, a pedido da própria coordenação destes locais, sugerindo temáticas como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e os Transtorno de Ansiedade. O mesmo se deu nas escolas visitadas, nas quais relatou-se também a escassez de atividades desta natureza destinadas aos profissionais docentes.

Em contrapartida, o processo de conhecimento do território a partir da experiência de residência enfrenta uma amplitude de desafios. Partindo do risco social, decorrido de conflitos territoriais advindos de organizações criminosas até a logística de deslocamento, sobretudo, em períodos chuvosos. Sendo esses fatores contribuintes, inclusive, para a dificuldade de adesão da população usuária dos serviços de saúde e serviços sociais.

Conforme dados analisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no Atlas da Violência, no intervalo de 2011 a 2021, houve redução na taxa de homicídios em quase todas as regiões, excetuando a região Norte, mas apesar desta redução, destaca-se os efeitos danosos da guerra armada entre as maiores facções do país nas regiões Norte e Nordeste, centrada no domínio do tráfico de drogas.

A entrada *in locu* nos territórios, especialmente no município de Fortaleza, evidencia o crescimento da influência de grupos criminosos. O advento da criminalidade dificulta a entrada das diversas equipes de saúde nas localidades as quais estão inseridas e sofrem domínio de determinada associação criminosa. Impossibilitando, em inúmeras ocasiões, o reconhecimento profundo das necessidades da população adscrita.

Observou-se, porém, que o fortalecimento da rede de assistência, a partir da interação com os diversos equipamentos dispostos no território tem potencial para driblar estes desafios. Pois inúmeros serviços de assistência social e organizações comunitárias estabelecem relação de proximidade com a comunidade sem sofrer grandes impedimentos para realização de suas atividades, justificando-se na importância desses serviços para a comunidade.

Os períodos chuvosos durante várias décadas apresentaram capacidade de impactar o processo saúde-doença da população. Baseando-se na sua capacidade de impactar a saúde e mobilidade da comunidade, inúmeras obras de saneamento vêm sendo realizadas com vistas a reduzir os impactos nas vias de transporte, sobretudo, em áreas econômica e socialmente desfavorecidas da capital cearense (FORTALEZA, 2024).

Nesse período, as chuvas comprometeram o processo de territorialização. Foi recorrente o alagamento em vias públicas que dificultaram o deslocamento. Além disso, pontos de obra afligiram o trânsito em diversos trechos, sendo responsável por dificultar o acesso da população aos equipamentos de cuidado. Ademais, a infraestrutura de diversos campos é assolada pelas chuvas, podendo ser identificado por infiltrações e proliferação de mofo, gerando reclamações recorrentes de profissionais, gestores e usuários, ferindo assim, a diretriz de ambiência da Política Nacional de Humanização (PNH).

No interior, a territorialização enfrenta desafios únicos devido à dispersão geográfica e à diversidade das comunidades. A extensão territorial e o isolamento de algumas áreas tornam a coleta de dados e a implementação de ações de saúde mais complexas. Além disso, o acesso limitado a serviços de saúde e as condições socioeconômicas desafiadoras complicam a compreensão das necessidades de saúde. Portanto, estratégias adaptadas, como o uso de tecnologias de comunicação remota e o fortalecimento da atenção primária, são essenciais para garantir um acesso equitativo aos serviços de saúde. A exigência de uma abordagem sensível às particularidades do ambiente, visando promover a saúde e o bem-estar das comunidades de maneira eficaz e sustentável.

Logo, durante o período, a equipe se deparou com desafios significativos, no entanto, tais lacunas não comprometem a abrangência da pesquisa. É crucial destacar que a etapa de territorialização é fundamental para os profissionais residentes compreenderem as particularidades de suas áreas de atuação. Durante esse processo, eles puderam identificar demandas em diversas faixas etárias, permitindo intervenções significativas, especialmente na promoção da saúde e prevenção de doenças na atenção primária e atividades de cunho social como mapear locais de distribuição de cestas básicas e refeições e indicá-los para os usuários da rede.

Em suma, embora enfrentem desafios, como em áreas rurais, a territorialização é fundamental para orientar ações, reforçando a ligação entre os serviços de saúde e a comunidade, além de garantir uma assistência de qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conhecer o território é entender que estamos atuando em cenários perpassados por potencialidades, fragilidades e desafios. Deste modo, o processo de territorialização apresentou-se como uma ponte primordial para o fortalecimento de uma atuação crítica e eficaz. No âmbito da saúde, essa atividade possibilitou maior entendimento acerca das demandas apresentadas pelos usuários, bem como a construção de meios para intervir na realidade apresentadas por eles.

Durante o processo, visualizou-se uma realidade em que os elos que deveriam estar estabelecidos pelas redes de serviços ainda se encontram fragilizados, o que pode configurar em um desconhecimento acerca do que cada equipamento oferta, as formas de acesso à estes, o público atendido etc. Tais fatores corroboram para uma postergação de respostas frente às demandas trazidas pela população usuária, bem como reforçam a relevância da territorialização para a construção de contributos que possam mediar a organização do trabalho e as ações na saúde.

Em suma, mesmo diante das vulnerabilidades apresentadas no escopo desse estudo, a territorialização contribuiu para uma visão panorâmica das potencialidades do território, do mapeamento de equipamentos de âmbitos sociais, de saúde, educacionais, comunitários, que podem ser acessados pela população e contribuía para efetivação do direito à saúde, bem como melhorias das suas condições de vida.

Destarte, para além das dificuldades, a territorialização exprime-se como algo enriquecedor para a prática dos residentes, que conseguem vislumbrar produzir saúde no território, com parcerias intra e intersectoriais e, na saúde mental, contribui para a política desinstitucionalizante e antimanicomial.

Cabe ainda elencar, que a territorialização não deve ser apreendida apenas enquanto uma atividade do primeiro módulo da Residência Multiprofissional, mas sim como um processo contínuo de um território em constante transformações.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Raíra Kirly Cavalcante et al. A territorialização como processo de transformação: um relato de experiência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 42, p. e2704-e2704, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Brasília: CNS, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**. Brasília: CNS, 2011.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicada e outras coisas**. Agosto. 2017.

HAESBART, R. O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência**. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>>.

KASTRUP, V. Aprendizagem, arte e invenção. **Psicol. Estud.**, v.6, n.1, p.17-25, 2001.

OLIVEIRA, A.M.F; FURLAN, P.G. et. al. **Manual de Práticas em Atenção Básica: Saúde Ampliada e Compartilhada**. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, Alexandre Lima; RIGOTTO, Raquel Maria. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, p. 387-406, 2010.

Secretaria Municipal De Infraestrutura De Fortaleza. **As obras de saneamento impactam na saúde da população. Prefeitura de Fortaleza**; 2024. Acesso em 28 de mar. 2024. Disponível em<<https://infraestrutura.fortaleza.ce.gov.br/2016-05-19-20-16-08.html>>.